



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Polícia amplia ação contra caminhoneiros

Depois de três dias de operações, PRF e PMs conseguem reduzir pela metade número de pontos de interdição por movimentos golpistas nas rodovias do país. Mais de 3 mil multas foram expedidas e motoristas podem ser processados por uma série de crimes comuns

» HENRIQUE LESSA

Com a pressão institucional sobre as forças de segurança, o terceiro dia de bloqueios ilegais nas rodovias teve redução nos pontos de interrupção do tráfego. O dia foi marcado também por manifestações antidemocráticas na frente de quartéis em vários estados. Inconformados com a derrota do candidato à reeleição Jair Bolsonaro (PL), tanto nas estradas como na frente das casernas, manifestantes pediam “intervenção militar com Bolsonaro no poder”.

A desocupação das estradas não está sendo tranquila. No Rio de Janeiro e em São Paulo, tropas de choque da Polícia Militar foram acionadas para desmontar os bloqueios. Na rodovia Castelo Branco, que liga a capital paulista a Sorocaba (SP), a polícia usou jatos d’água, gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar os manifestantes, que, logo após a dispersão, voltaram a se agrupar em outro ponto da estrada. Alguns foram aos protestos levando crianças de várias idades, inclusive bebês.

Nas rodovias federais, de acordo com comunicado da Polícia Rodoviária Federal (PRF), os pontos de interdição caíram de 227 em 22 unidades da Federação, na terça-feira, para 126 em 13 estados no início da noite de ontem. A situação mais delicada estava em

AFP



Manifestante para em frente a uma equipe da tropa de choque da PM de São Paulo, na operação de desobstrução da rodovia Castelo Branco

Santa Catarina, com 35 ocorrências, sendo 18 de bloqueio total da via. Segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), no fim do dia de ontem ainda havia 110 pontos de bloqueio nas

44 rodovias concedidas associadas — 22 com fechamento total da estrada — e 167km de engarrafamentos.

Segundo o balanço da PRF, 732 manifestações foram desfeitas, mas, em alguns casos,

os protestos só mudavam de local: a polícia dispersava os manifestantes, que voltavam a se agrupar em outros pontos da estrada. Segundo a PRF, não há efetivo suficiente na corporação para liberar todas as

estradas no país simultaneamente. Foram aplicadas mais de 3 mil multas, que somam cerca de R\$ 18 milhões, contra os manifestantes.

Para o procurador da Justiça de São Paulo, Luiz Marrey,

“mesmo que parem agora, se houver crime já consumado, quem praticou deve responder”. Segundo ele, os atos antidemocráticos podem estar inseridos em uma série de crimes, como expor a perigo o transporte público, constrangimento ilegal, ameaça, incitação ao crime e apologia de crime. Com relação aos manifestantes de porta de quartel, Marrey diz que podem ser enquadrados no crime de incitação para abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício de Poderes constitucionais, previsto no Código Penal. Os manifestantes que levam crianças aos locais de protesto também podem ser processados. “Quem colocar crianças em risco está sujeito a medidas administrativas e civis do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)”, alerta o procurador.

O advogado criminalista Roberto Tardelli, ex-promotor em São Paulo, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB SP e integrante do Grupo Prerrogativas, sugere que, assim como acontece no tráfico de drogas, os caminhões que estão sendo utilizados como instrumento para impedir ilegalmente o tráfego nas rodovias sejam apreendidos e leiloados pelo Poder Público. “Existe meio para isso, e (os bloqueios) terminariam rapidamente. O que não temos é polícia rodoviária para isso”, criticou o jurista.

Em Brasília, clima de feriado

» FERNANDA STRICKLAND

Apesar do tempo fechado e do frio, a concentração de bolsonaristas em Brasília ganhou força, ontem, no Dia de Finados, com a presença de motociclistas e caminhoneiros que se juntaram à manifestação antidemocrática na frente do Quartel General do Exército, no Setor Militar Urbano. Soldados da Força acompanharam a aglomeração à distância. Durante todo o dia, carros passaram em frente ao grupo buzinando e acenando bandeiras do Brasil, e eram recebidos com fogos e cornetas.

Em faixas e cartazes, os objetivos da aglomeração: pedir intervenção militar para melar o resultado das eleições, que consagrou o petista Luiz Inácio Lula da Silva como presidente eleito do

país. A Constituição de 1988 proíbe intervenção militar sob pretexto de “restauração da ordem”.

Mas o clima de feriado não agradou os manifestantes mais aguerridos. Disseram que o movimento parecia “um passeio”. Um grupo decidiu seguir até as residências dos generais para pedir intervenção federal. Ao chegar à quadra das residências dos comandantes militares, o grupo começou a gritar e a entoar palavras de ordem “para os generais acordarem, pois eles estão dormindo”, como disse um dos bolsonaristas. Nenhum chefe militar atendeu aos chamados do grupo golpista.

Saudação nazista

O slogan “nossa bandeira nunca será vermelha” foi

entoadado em Brasília e na maioria das capitais brasileiras, que registraram movimentos semelhantes. No Rio de Janeiro, milhares de pessoas se concentraram em frente ao Comando Militar do Leste, no centro da cidade, também para pedir “intervenção militar” contra o resultado das urnas.

Em outra manifestação golpista, na cidade de São Miguel do Oeste (SC), apoiadores de Jair Bolsonaro (PL) foram gravados em vídeo fazendo saudação nazista durante a execução do Hino Nacional. As imagens viralizaram nas redes sociais e o Ministério Público do estado informou, em nota, que irá identificar as pessoas que fizeram o gesto de apologia ao nazismo, que é crime pela legislação brasileira.

ED ALVES/CB/D.A.Press



Bolsonaristas promovem ato antidemocrático em frente ao QG do Exército, no Setor Militar Urbano

CASO HENRY BOREL

Júri popular para Jairinho e Monique

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu que o ex-vereador Jairo Souza Santos Junior, o dr. Jairinho, e Monique Medeiros, irmão a júri popular sob acusação de terem matado o menino Henry Borel, filho de Monique, em março de 2021.

A decisão é da juíza Elizabeth Machado Louro, da 2ª Vara Criminal da capital, que também determinou a manutenção da prisão provisória de Jairinho. Já

Monique Medeiros aguardará o julgamento em liberdade.

A juíza considerou que o ex-vereador deve permanecer preso por necessidade de assegurar a ordem pública, pelos demais processos penais a que ele responde, “alguns dos quais por fatos análogos e com utilização de modus operandi bem semelhante, o que induz a probabilidade de voltar a delinquir”.

Quanto a Monique, a

magistrada destaca que a ré não descumpriu as condições impostas para sua soltura, obteve habeas corpus em seu favor e não deu causa para reversão da medida. “Reconheço-lhe o direito de aguardar o julgamento em liberdade”, considerou.

Na decisão, a juíza absolveu os réus pelo crime de fraude processual e também considerou Monique inocente das acusações de tortura e falsidade ideológica. A magistrada ainda considerou que não há provas suficientes para que Jairinho responda pelo crime de coação no curso do processo.

A defesa de Jairinho, entre outras alegações, contesta os laudos

dos peritos e nega que tenha havido homicídio do menino de 4 anos de idade. Segundo os acusados, Henry foi encontrado desacordado na residência onde vivia o casal, na Barra da Tijuca, na madrugada de 8 de março de 2021. Levado ao hospital com múltiplas lesões corporais, o menino teve a morte declarada por hemorragia interna e laceração hepática.

A juíza Elizabeth Louro considerou em sua decisão que as conclusões do processo afastam de forma incontestável as possibilidades de queda ou acidente doméstico como causas para o estado clínico em que a vítima chegou ao hospital.

Credito:Tânia Régio/Agência Brasil/ Fotos Publicas



Ex-vereador permanece em prisão preventiva por decisão judicial